

UMA PROPOSTA DE REVISÃO DO CONCEITO DE MORFEMA

Juliana SOLEDADE (UFBA)

Mailson LOPES (UFBA)

Hay que estudiar más reflexivamente lo que constituye el aparato conceptual básico de este componente gramatical [la morfología]: las unidades fundamentales del análisis morfológico y, en el ámbito de la morfología léxica, hay que examinar más de cerca los distintos sistemas y subsistemas de derivación [...]. (PENA, 2009, p.14).

APRESENTAÇÃO

O excerto do estudo de Pena (2009) acima reproduzido ilustra exatamente o que pretendemos delinear neste artigo: uma reflexão inicial, mas necessária, sobre dois pontos basilares para qualquer estudo morfológico, sobretudo os atrelados à morfologia derivacional: o conceito/definição de morfema, unidade basal desse nível da língua e, derivado desse primeiro, a precisão do rol tipológico metalinguístico das diferentes unidades que emergem desse componente da língua, que, a nosso ver e na opinião de diversos morfologistas consagrados — como Gonçalves (2012; 2011a; 2011b; 2004); Gonçalves & Andrade (2012); Ralli (2007); Piza (2001); Baker (2000); Bybee (1985) —, estabelece-se como uma escala gradiente, sob a forma de um *continuum*.

Não somente o rol de elementos mórficos se estabelece como não-modular, ou seja, sob um esquema de um *continuum*, mas também o que se pode considerar como *morfema*, no âmbito da composição, da derivação e da flexão. O componente morfológico da língua se mostra como um sistema estruturado sob a forma de um contínuo tipológico, em todas as suas facetas de manifestação, seja na estruturação interna dos vocábulos, seja na configuração de esquemas construcionais, estabelecendo fronteiras fluidas e tênues entre uns e outros elementos que lhe pertencem.

Visamos a oferecer alguma contribuição para a delimitação do conceito de morfema, realizando uma revisão crítica (não-exaustiva) da literatura existente e propondo algumas ideias de reformulação conceitual sobre a unidade elementar do nível morfológico.

O MORFEMA: UMA PROPOSTA DE REVISÃO CONCEITUAL

Ahora bien, que el morfema no es algo completamente preciso lo demuestra la pluralidad terminológica que en torno a él ha surgido (semantema, lexema, plerema, monema...) [...]. Y es que la hipotética unidad mínima del plano morfosintáctico suscita múltiples problemas tanto en lo que atañe al significante como en lo que toca al significado. (GONZÁLEZ CALVO, 1990, p.133).

É perceptível a diversidade de nomenclaturas — ou o cômputo inumerável de *dissabores terminológicos*, nas palavras de Viaro (2006) — reinante no campo da linguística¹. Praticamente para cada corrente teórica ou para cada abordagem da língua temos um rol específico e distinto de termos, conceitos e definições utilizados, o que manifesta, inegavelmente, a confusão conceptual e terminológica² vigente nesse âmbito do saber científico, que, quanto à terminologia e às conceptualizações, mais se assemelha a um entrelaçamento desordenado de fios multicolores ou mesmo ao Labirinto de Dédalo. Com Viaro (2009), defendemos que urge para a linguística a precisão de conceitos, de definições e de epistemologias seguras, que garantam um diálogo viável e mais proficiente entre as diversas teorias e métodos que se espraiam pela ciência da linguagem, pois sem esses recursos torna-se difícil precisar se os autores, ao abordar dado objeto de estudo, tratam de um mesmo fenômeno ou não (VIARO, 2010).

A história das ciências é conceitual. Destarte, privilegiar o conceito significa valorizar a ciência como processo, já que a dinamicidade que caracteriza as conceituações faz da ciência o domínio do operatório (MACHADO, 1981). Entendemos que o diálogo entre linguistas torna-se obliterado pela diversidade de conceptualizações e de variações semânticas incidentes sobre os termos técnicos dessa disciplina científica, tal como aponta Viaro (2012). Trata-se, portanto, de algo que prejudica qualquer sistema epistemológico, qualquer ramo da ciência, devendo, por conseguinte, ser ao menos minimizado. Faz-se necessária, assim, a construção de uma metalinguagem o mais unificada possível, acima de escolas e correntes de estudo, com “[...] uma série de definições consensuais que diminuam a excessiva polissemia na terminologia linguística.” (VIARO, 2010, p.187).

¹De acordo com Viaro (2010), já houve, no domínio dessa ciência, algumas tentativas de unificação terminológica, das quais a única exitosa até o momento foi a que materializou o *International Phonetic Alphabet* (IPA), mundialmente difundido e adotado pelos estudiosos da língua.

²“El confusionismo conceptual repercute en la confusión terminológica.” (GONZÁLEZ CALVO, 1990, p.136).

Tendo em vista um tratamento mais acurado da terminologia linguística, ao menos no âmbito dos estudos morfológicos, consideramos cogente estabelecer um refinamento conceptual-terminológico que atinja as duas categorias básicas referentes à análise morfolexical: o *morfema* e a *palavra*. Dessa forma, comungamos plenamente da postura adotada por Albertuz (1996-1997, p.01), quando sustenta que “Al igual que en cualquier otro ámbito, un acercamiento riguroso a las categorías morfológicas exige la fundamentación precisa de esta noción, la especificación de sus rasgos definitorios.”.

Para o avanço de qualquer ciência, é essencial que as bases teórico-conceituais que a fundamentam sejam claramente definidas, bem como atualizadas quando necessário. Como bem pontua Viaro (2010, p.173), “À medida que modelos teóricos tentam ampliar seu escopo de atuação, torna-se necessária alguma revisão de conceitos correntes ou, no caso extremo, o seu total refazimento.”. Em linguística, tal necessidade se mostra pertinente quando os conceitos e definições não mais resultam em descrições da língua compatíveis com a compreensão que os estudiosos conseguem alcançar relativo a dado fenômeno.

Se pararmos para refletir um pouco, constataremos que toda proposta de sistematização metalinguística é intrinsecamente complexa, pois se vê dialeticamente imersa numa linguagem “[...] capturada em uma armadilha auto-referente, contorcendo-se sobre si mesma como uma serpente que morde a própria cauda.” (FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2000, p.262). Para o estudo da morfologia, quer em um viés sincrônico, quer em um viés diacrônico, é fundamental entender o que se pode delimitar como *morfema*, ou seja, identificar os elementos da primeira articulação da linguagem (MARTINET, 1970), que, atuando no nível morfolexical, permitem a compreensão e a produção de itens lexicais, sendo as peças-chave das quais emergem os esquemas de construção de palavras complexas³. Sem um mínimo de reflexão sobre o conceito de morfema, termo altamente polissêmico no domínio metalinguístico⁴, dá-se plena ocasião para a emergência de inconsistências teóricas e explicações *ad hoc*.

³Na perspectiva da morfologia construcional, com Booij (2005) e Gonçalves & Almeida (2013), podemos entender que *esquemas* representam generalizações sobre conjuntos de palavras existentes, permitindo, por analogia, a criação e a recepção de novos itens lexicais. Esquemas são, portanto, padrões gerais formulados a partir de unidades de forma-significado-função (*form-meaning-function*) e constituem relações paradigmáticas que, através de características comuns, permitem a abstração de fórmulas capazes de atuar em várias instanciações específicas, podendo ser usados produtivamente. Sob essa perspectiva, o léxico de uma língua deve ser entendido não mais como uma lista de palavras e expressões convencionalizadas, fixas e armazenadas na memória do falante, mas como um componente importante e fundamental da gramática das línguas.

⁴O que não é, de forma alguma, algo positivo, pois essa proliferação de conceituações a respeito do morfema “[...] têm gerado os mais díspares critérios na determinação das formas mínimas de primeira articulação, de acordo com o traço primordial de que se valha o linguísta: semântico, formal ou funcional.” (FREITAS, 1997, p.38).

Claro está que tal depuração conceitual sobre o morfema não é uma tarefa simples; pelo contrário, como assevera Galvão (2006, p.28), “Nos estudos de morfologia da língua portuguesa, um dos aspectos de maior complexidade diz respeito à concepção básica para lidar com os constituintes imediatos da palavra.”. Ainda assim, arrazoamos que se se é fincado em alicerces definidos clara e coerentemente, torna-se possível e viável incidir de forma organizada e progressiva sobre objetos teóricos complexos (VIARO, 2010), tal como o é o da morfologia. Não temos a pretensão infundada de aqui encerrar a discussão conceptual que orbita em torno da unidade básica da morfologia nem apresentar soluções definitivas — haja a vista que “[...] a maioria das afirmações e negativas é provisória, qualificativa ou condicional.” (FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2000, p.128) —, mas apenas oferecer alguma contribuição, ao menos inicial, para essa intrincada questão.

Reza a mitologia grega que o Labirinto de Creta, erigido por Dédalo, foi concebido para ser tão intrincado e complexo que até mesmo seu idealizador e construtor teve dificuldades para dele sair. Respeitadas as devidas proporções, é isso mesmo o que ocorre com a definição da unidade básica da morfologia, o *morfema*⁵, de tal forma que até estudiosos de renome e de comprovado atilamento no estudo linguístico chegam a cair em contradição, perdendo-se na rede labiríntica de suas propostas conceptuais. Assim ocorre, por exemplo, com Gleason Jr. (1985), que em um capítulo de sua obra *An introduction to descriptive linguistics* (1985, p.11) postula que os morfemas necessariamente apresentam um significado, atrelando-se ao plano do conteúdo — o que os diferenciaria dos fonemas —, mas admite, em outra parte de seu escrito, a existência de certos morfemas totalmente ou em larga medida destituídos de matizes semânticos (1985, p.59).

Se fizermos um breve apanhado a respeito de como os morfologistas definem o conceito de morfema, constataremos, tal como Gonçalves & Almeida (2008), que é quase consensual a indicação de que são formas mínimas dotadas de significação. Abaixo reproduzimos algumas

⁵Cabe-nos ressaltar que há uma prolífica discussão teórica acerca do que seria a unidade central da morfologia: a *palavra* ou o *morfema*. O geral dos estudiosos considera esta última (cf. listagem reproduzida nas três laudas subsequentes), mas há correntes que defendem uma perspectiva de análise mórfica em cujo cerne se situa a *palavra*, não o morfema, como para o modelo clássico Palavra e Paradigma de descrição gramatical (Gramática Tradicional) e para diversas teorias gerativistas, como a Teoria Padrão e a Hipótese Lexicalista original (cf. BASÍLIO, 2006; 2000). Autores como Trnka (1965) também tomam a palavra como unidade elementar do plano morfológico. Adotamos aqui uma perspectiva que observa a morfologia (e, principalmente a formação de palavras) como atinente a essas duas unidades linguísticas, concomitantemente: o morfema e a palavra. A morfologia incide sobre as partículas mórficas, que, por sua vez, somente têm valor quando imbricadas na constituição de itens lexicais. Portanto, a morfologia incide ao mesmo tempo sobre o morfema, de forma estrita, e sobre o lexema, de forma ampla, geral. Consideramos que a unidade mínima da morfologia seria o morfema, enquanto a sua unidade máxima seria a palavra (REAL ACADEMIA ESPAÑOLA & ASOCIACIÓN DE ACADEMIAS DE LA LENGUA ESPAÑOLA, 2009). Daí o uso que fazemos do termo *morfologia lexical* quando nos referimos aos processos de formação de palavras *stricto sensu*.

definições para esse elemento linguístico, o que permite corroborar a situação apontada pelos dois autores supramencionados⁶:

- (i) **Bloomfield (1933, p.120)**: “O morfema é uma forma mínima recorrente (dotada de significado) que não pode ser analisada em formas recorrentes menores, sem prejuízo da significação.”.
- (ii) **Hockett (1958, p.123)**: “A morpheme is the smallest individually meaningful element in the utterances of a language.”.
- (iii) **Hjelmslev (1963, p.231)**: “Apesar de o morfema corresponder ao plano do conteúdo, há casos em que elementos formais, apesar de vazios de significação, levam a morfemas por apresentarem uma clara função morfológica.”.
- (iv) **Togoby (1965, p.39)**: “*Morfema* designa o elemento fundamental e mínimo da lingüística de conteúdo.”.
- (v) **Pottier (1968, p.105)**: “Morfema es el elemento distintivo mínimo portador de sustancia semántica.”.
- (vi) **Nida (1970, p.81)**: “Minimal meaningful units of which the language is composed.”.
- (vii) **Matthews (1974, p.119)**: “[...] formas mínimas dotadas de significação constituem morfemas.”.
- (viii) **Langacker (1977, p.71)**: “Um morfema tem um significado claro e constante em todos os seus usos, embora seja relativamente fácil encontrar exceções.”.
- (ix) **Gleason Jr. (1985, p.58)**: “Um morfema é a unidade mínima no sistema da expressão que pode ser correlacionada directamente com alguma parte do sistema do conteúdo”.
- (x) **Crystal (1985, p.175)**: “Como todas as noções *-êmicas*, morfemas são unidades abstratas, realizadas por unidades discretas, conhecidas como morfes [...]. Providas de significado ou de função [...]”.
- (xi) **Carone (1986, p.21-22)**: “A menor unidade significativa [...] é o morfema, que tem a propriedade de articular-se com outras unidades de seu próprio nível.”.
- (xii) **Jensen (1991, p.05)**: “Morfemas contribuem com algum tipo de significado – ou, pelo menos, função – nas palavras das quais são constituintes.”.

⁶Arrolamos as definições de acordo com uma ordenação cronológica crescente das publicações que as contém. As definições reproduzidas em (i), (iii), (iv), (vii), (viii), (x) e (xii) foram extraídas do estudo de Gonçalves & Almeida (2008, p.28-29). As demais são fruto de um levantamento inicial que fizemos.

(xiii) **Alvar & Pottier (1993, p.13)**: “[...] consideramos el *morfema* como la mínima unidad significativa.”.

(xiv) **Laroca (1994, p.29)**: “[...] é uma forma significativa mínima, i.e., mantém o mesmo traço semântico em todas as estruturas onde ocorre.”.

(xv) **Kehdi (1996, p.16)**: “[São] unidades significativas [...]. Entre os morfemas e os fonemas, há uma diferença qualitativa: enquanto aqueles são significativos; estes são distintivos.”.

(xvi) **Câmara Jr. (1997, p.23)**: “Morfemas são formas mínimas significativas que constituem o vocábulo formal unitário.”.

(xvii) **Câmara Jr. (1998, p.170)**: “Como forma lingüística o morfema tem um significante (o material fônico) e um significado, que é a noção gramatical que ele traz para o semantema.”.

(xviii) **Azeredo (2000, p.69)**: “Morfema é a menor unidade dotada de significado.”.

(xix) **Freixeiro Mato (2000, p.26)**: “O morfema é a unidade significativa mínima, que pode ir ligada ou livre [...]”.

(xx) **Zanotto (2001, p.13)**: “O morfema é unidade mínima elementar no âmbito da morfologia. É, portanto, unidade mínima significativa, pertencente à primeira articulação de Martinet.”.

(xxi) **Monteiro (2002, p.13)**: “[...] as menores unidades formais dotadas de significado [...] se denominam morfemas. [...] todo morfema se compõe de um ou vários fonemas, e destes difere, fundamentalmente, pelo fato de apresentarem significado. [...] em geral só existe o morfema quando a unidade mínima apresenta um significado.”.

(xxii) **Varela (2005, p.17)**: “[...] los elementos más pequeños de la lengua que tienen contenido significativo [...]”.

Ao observarmos as 22 definições de morfema reproduzidas acima, extraídas de publicações de autores atrelados a diferentes perspectivas e correntes teóricas da linguística, verificamos que apresentam sempre como cerne conceptual um entendimento do morfema como entidade significativa indivisível, ainda que haja certa divergência entre esses autores quanto à ideia associada ao termo *significação* e à necessidade de inclusão de outros aspectos que igualmente definem a unidade central da morfologia (GONÇALVES & ALMEIDA,

2008). Mesmo sendo usual uma recorrência ao aspecto semântico para definir o que se entende por morfema, muitas vezes não se leva em consideração que sua concepção como unidade mínima de significação “[...] acarreta problemas de descrição linguística, uma vez que, com alguma frequência, não é possível identificar claramente um significado ou função para uma forma mínima recorrente que não seja um fonema.” (SOLEDADE, 2012, p.326).

Diversos estudos morfológicos desenvolvidos no Brasil ou em outros países, quer referentes à descrição linguística da língua portuguesa, quer voltados para a compreensão de processos morfológicos do ponto de vista mentalista ou cognitivo, parecem não assumir qualquer necessidade de reflexão ou reformulação do conceito de morfema, admitindo unânime e pacificamente a definição tradicional, difundida pelo estruturalismo norte-americano⁷, que, ainda hoje, é a que se apresenta, em geral, nas aulas de graduação dos cursos de Letras, a saber: o morfema é a unidade significativa mínima ou *signo mínimo*.

É patente, contudo, que tal definição tem demonstrado, desde a sua proposição, problemas de aplicabilidade em termos de delimitação. Prova incontestada disso é a pluralidade terminológica que se gerou em torno do conceito em questão (*morfema, morfe, monema, semantema, lexema, morfofonema, constituinte morfológico, formante*, entre outros). Cabe, a esse respeito, ressaltar que a multiplicidade de termos relativos aos constituintes mórficos decorre, em grande parte, da fragmentação, por um lado, em torno dos níveis da língua, ou seja, o olhar de um semanticista será distinto do olhar de um fonólogo, bem como diferirá do olhar de um sintaticista e, assim, de um morfológico, e, por outro, em torno das diferentes correntes teóricas que acabam por conduzir o olhar do pesquisador para uma ou outra direção (GONZÁLEZ CALVO, 1990).

Essas proposições de diferentes termos circundam a linguística e refletem posicionamentos teóricos distintos. Varela (2005, p.17) exemplifica esse fato ao afirmar que “La unidad básica de la palabra se denomina *raíz* desde el plano de vista formal o del significante, y *lexema* — o *semantema* — desde el punto de vista semántico o del significado.” [Grifos no original]. Ora, se o morfema é entendido (por essa autora e por outros citados na listagem acima) como um signo mínimo e, portanto, um elemento composto de duas faces, a expressão (significante) e o conteúdo (significado), como um mesmo elemento mórfico poderá ora ser analisado, delimitado e definido a partir de apenas uma dessas faces? Pena (1995, p.129) aponta a incoerência dessa proposta, afirmando que:

⁷Segundo a definição de Bloomfield (1933, p.161), o morfema resulta, de uma parte, da combinação de sequências fonológicas e, de outra, da incorporação de um valor significativo / sentido. Assim, entende esse estudioso que o morfema é uma unidade linguística que não apresenta semelhanças fonético-semânticas com qualquer outra forma.

Dentro de esta concepción, la definición más extendida, la de ‘unidad significativa mínima’, está formulada desde un punto de vista semasiológico: se define el morfema desde la perspectiva del significante. Si se quiere, sin embargo, considerar el signo como tal, en este caso el signo mínimo, hay que definirlo desde una perspectiva neutra, situada en la interacción entre ambos planos, pues es la que se atiene a la dimensión semiótica del signo.

Teorias linguísticas subsequentes assumiram, implícita ou explicitamente, o conceito de morfema proposto pela corrente estruturalista. Assim, na teoria lexicalista, em que se enquadra o estudo das estruturas morfológicas na corrente gerativista, embora não se aponte ou se discuta o conceito de morfema, pelas análises propostas pode-se inferir que concebe tais elementos como signos mínimos. Recentemente, surgem estudos morfológicos vinculados à corrente cognitivista (CASTRO DA SILVA, 2012; BASÍLIO, 2010; BOTELHO, 2009; CARMO, 2009; SANTOS, 2009; GONÇALVES & ALMEIDA, 2006), mas, ao menos nessas obras que consultamos, também não se verificam propostas de reformulação do conceito de morfema.

Ressaltamos, contudo, a existência de alguns estudos que promovem discussões teóricas críticas sobre a definição de morfema: Adrados (1969), González Calvo (1990), Pena (1995; 2000). Dentre estes linguistas se sobressai Jesús Pena (1995), que desenvolve um estudo crítico pertinente sobre o tema, sendo um dos principais lastros teóricos que adotamos para fundamentar nossa proposta de revisão do conceito de morfema. O que nos chama a atenção é o fato de que, mesmo sendo sinalizados por esses teóricos os problemas que advêm da adoção do conceito tradicional de morfema (unidade mínima dotada de significado), mesmo havendo indicado novas e coerentes propostas definitórias, há a permanência de um *status quo* nesse âmbito, com a vigência quase absoluta da proposta clássica de definição da unidade básica da morfologia, herança do estruturalismo norte-americano bloomfieldiano.

Retomemos, para discussão, o conceito de morfema proposto pelo estruturalismo. Esta corrente teórica o concebe como sendo toda unidade mínima dotada de significado, ou seja, toda unidade básica sobre a qual se pode analisar gramaticalmente (morfologicamente) um vocábulo. Primeiramente, isso quer dizer que elementos que se apresentam de forma recorrente na construção de itens lexicais podem ser segmentados como elementos mórficos, via comutação:

(1) ⁸	Huariapano	Glosa		Huariapano	Glosa
	<i>piaca</i>	‘sobrinha’	=>	<i>piaca-bo</i>	‘sobrinhas’

⁸Dados sobre o idioma huariapano, extraídos de Parker (1992).

<i>shoma</i>	‘seio’	=>	<i>shoma-bo</i>	‘seios’
<i>neme</i>	‘ventre’	=>	<i>neme-bo</i>	‘ventres’

O processo de segmentação mórfica segue o princípio da comutação e consiste, *a priori*, em identificar, em um signo complexo, aqueles segmentos fonêmicos mínimos, portadores de um significado constante, que reaparecem em outras unidades sob a mesma forma e idêntico significado. Assim, como se vê em (1), o elemento recorrente *-bo*, implica a significação ‘plural’. Sob uma ótica tradicional, isso implicaria dizer que o morfema é uma unidade significativa mínima ou um signo mínimo, gerando a ideia de que há uma relação biunívoca entre significante e significado⁹.

É justamente sobre a compreensão de morfema como *signo mínimo* que reside o nosso problema teórico, afinal:

- a. todos os morfemas possuem significado?
- b. o que se entende por significado?

Pena (1995) propõe uma reflexão acerca do que se entende por significado. Segundo ele, a princípio a natureza do significado está associada, com mais frequência (nas concepções semânticas de base referencialista), à sua referenciação extralinguística, quer dizer, a um conteúdo semântico que se reflete no mundo biopsicossocial, quer de forma concreta, quer de forma abstrata. Assim, dois signos têm significados diferentes se correspondem a entidades ou situações distintas na realidade extralinguística:

- | | |
|--------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|
| (1) <i>galo</i> ₁ ‘ave’ | <i>galo</i> ₂ ‘inchaço, calombo’ |
| (2) <i>tomar</i> ₁ ‘pegar para si’ | <i>tomar</i> ₂ ‘beber’ |
| (3) <i>manga</i> ₁ ‘fruta’ | <i>manga</i> ₂ ‘parte da vestimenta que recobre o braço’ |
| (4) <i>cabo</i> ₁ ‘posto militar’ | <i>cabo</i> ₂ ‘extremidade de um utensílio’ |
| (5) <i>canto</i> ₁ ‘S. ato de cantar’ | <i>cantar</i> ₂ ‘V. ação de cantar’ |

Observemos que a questão da significação se torna ainda mais complexa se levamos em consideração fenômenos semânticos como a polissemia — relacionada a processos metafóricos e metonímicos que atuam sobre os vocábulos, estendendo os seus sentidos, como se pode observar nos itens (1) e (2), e homonímia — relacionada a percursos históricos convergentes em relação à forma, como no item (3), mas não somente, pois também pode se

⁹Assim, o morfema, sob a perspectiva conceptual clássica herdada do estruturalismo de Bloomfield (1933), seria obrigatoriamente uma unidade biplana (dotada de expressão e conteúdo), enquanto os fonemas e semantemas seriam unidades monoplanas (estas dotadas apenas de conteúdo; aquelas, apenas de expressão).

manifestar através de extensões de sentidos mais profundas, provocando o desligamento semântico da unidade anteriormente polissêmica, como no item (4) e ainda, implicações morfossintáticas entre palavras pertencentes a classes descontíguas, isto é, que operam funções e flexões distintas, como em (5).

Como podemos constatar, se nos limitamos ao significado apenas quando relacionado à dimensão representativa (referencial), restringimo-lo praticamente ao significado lexical (extralinguístico), à revelia, sem levar em consideração os outros tipos de conteúdos semânticos revelados pela complexa natureza da língua.

Se pensarmos em termos de itens lexicais ou vocábulos mórficos, podemos distinguir níveis diferenciados de *significação*, possivelmente dentro de um *continuum* entre um polo [+ lexical] e um polo [+ gramatical], o que nos impele a comungar da perspectiva de que o significado linguístico se manifesta sob a forma de diferenciados matizes, desde os que configuram como exclusivamente intralinguísticos até os que refletem as impressões cognoscíveis da esfera humana, biopsicossocial.

Assim, pensando os morfemas como unidades sígnicas, devemos nos perguntar:

- a. que tipos de significação podem ser identificados nas diversas classes de morfemas da língua portuguesa?
- b. como essa variação de tipos quanto à significação pode ter relação direta com a problematização do conceito de morfema?

Com o fim de constatar a complexidade que envolve esses dois questionamentos acima, observemos abaixo algumas classes de morfemas quanto à sua respectiva significação:

- a. morfemas que veiculam informações exclusivamente (?) gramaticais:

cas. a	cas.a.s
gat. o	gat.o.s
part. e	part.e.s

am	á	va	mos
am	a	re	mos
am	á	sse	mos
am	a	ria	mos

am	a	va	Ø
am	a	va	s
am	a	va	Ø
am	á	va	mos
am	a	ve	is
am	a	va	m

Vexata quaestio I¹⁰: até que ponto as noções semânticas veiculadas por esses elementos destacados em negrito (vogais temáticas nominais e verbais, morfemas flexionais modotemporais, morfemas flexionais número-pessoais) são exclusivamente gramaticais e apenas intralinguísticas? Porventura a noção de tempo não estaria também no mundo biopsicossocial?

- b. morfemas que veiculam informações exclusivamente lexicais (bases léxicas e prefixos):

co.agul.a.nt.e	anti-co.agul.a.nt.e	norm.a
rom.an.o.s	pré-rom.an.o.s	norm.al
norm.al	a.norm.al	norm.al.iz.a.r
leg.al	i.leg.al	norm.al.iz.a.çã.o

É importante ressaltar que não é possível atribuir o valor semântico lexical a todos os elementos da classe dos morfemas lexicais básicos (MLBs) e dos prefixos. Uma aplicação categórica dessa afirmação poderia causar problemas na descrição e análise morfolexicais, como veremos posteriormente.

- c. Morfemas que veiculam informações gramaticais +/- lexicais (?) (abstratas):

alegr.e	alegr.e. ment.e	pens.a.r	pens.a. ment.o
divertid.o/a	divertid.a. ment.e	de.clar.a.r	de.clar.a. çã.o
diret.o/a	diret.a. ment.e	con.st.a.r	co.st.â. nci.a

feliz	felic. idad.e
trist.e	trist. ez.a
cult.o	cult. ur.a

Vexata quaestio II: uma vez que são noções de extremado nível de abstração — o que implica em uma difícil identificação/delimitação de seu significado —, de fato é possível atribuir a esses morfemas uma significação extralinguística?

¹⁰A exposição aqui neste escrito dessas *vexatae quaestiones* (ou seja, questões em debate, dotadas de alta complexidade, sobre as quais não há conclusões definitivas) dá-se com o escopo de exemplificar a natureza intrincada de determinadas questões que envolvem a morfologia. Não pretendemos, obviamente, fornecer respostas ou soluções conclusivas a essas questões, mas apenas apontar a sua existência e a sua persistência para os estudos debruçados sobre o sistema morfológico da língua.

d. Morfemas que veiculam informações lexicais +/- gramaticais:

Castr.o	anti .castr.o
Lul.a	pró .lul.a
i.migr.a.nt.e	anti .i.migr.a.nt.e

Chacr.inh.a	chacr. et .e
em.prego	em.pregu. et .e
Pânic.o	paniqu. et .e

pedr.a	pedr. eir .o
livr.o	livr. ari .a
banan.a	banan. al
boi	boi. ad .a
língu.a	lingu. agem
árvor.e	arvor. ed .o

No caso dos sufixos acima, embora determinem a classe gramatical dos produtos, não operam a transcategorização, e modificam essencialmente a carga semântica lexical. No caso dos prefixos acima, a alteração do conteúdo semântico também é evidente, porém, eles operam a transgatorização, assumindo um traço +/- gramatical, uma vez que esta se realiza na fronteira tênue que existe entre substantivos e adjetivos.

Vexata quaestio III: existem outros prefixos que operam a transcategorização? Seriam esses prefixos do tipo [+ gramaticais] e [+ lexicais] concomitantemente?

e. Morfemas que veiculam informações [+ gramaticais] e [+ lexicais]:

desej.a.r	desej.á. vel
not.a.r	not.á. vel
com.e.r	com.í. vel

cheir.o	cheir. os .o
gost.o	gost. os .o
am.or	am.or. os .o

Nesses casos, observa-se que os sufixos em questão operam a transcategorização e também agregam carga semântica de natureza lexical; seriam, destarte, os sufixos prototípicos.

Vexata quaestio IV: em que medida podemos distinguir níveis de significação entre morfemas? Como identificar/distinguir casos de polissemia e homonímia (homomorfismo)? Como se observa no conjunto abaixo, parece haver implicações significativas desses fenômenos na análise das significações dos morfemas.

-ADA ₁	→	boiada, papelada	→	‘multidão, coleção de X’
-ADA ₂	→	jornada, noitada	→	‘duração prolongada de X’
-ADA ₃	→	bananada, feijoada	→	‘alimento feito de X’
-ADA ₄	→	pincelada, canetada	→	‘ato praticado com X’
-ADA ₅	→	colherada, punhado	→	‘porção contida em X’
-ADA ₆	→	facada, dentada	→	‘ferimento praticado com X’

Se pensarmos em termos exclusivamente semânticos, ignorando o aspecto etimológico que une a expressão do morfema *-ada* ao latim (*-atus, -ata, -atum*), poderíamos estabelecer que existem dois conjuntos polissêmicos, homônimos entre si, um primeiro que reuniria os morfemas *-ada* 1, 2, 3 e 5 sob um valor ‘quantidade’, que perpassa todas as quatro noções destacadas, e um segundo que uniria os morfemas *-ada* 4 e 6, sob um valor comum ‘ação’. Vê-se, assim, que a delimitação da carga sêmica de um morfema não é algo tão simples quanto se possa imaginar à primeira vista, não se restringindo aos sentidos expostos nas listagens oferecidas pelas gramáticas tradicionais.

f. Morfemas (?) que não veiculam matizes semânticos (semanticamente vazios?):

f1. Prefixos formadores de verbos:

manhã	a.manh.ec.e.r	baixo	a.baix.a.r
noit.e	a.noit.ec.e.r	calma	a.calm.a.r
podr.e	a.podr.ec.e.r	barco	a.barc.a.r
frac.o	en.fraqu.ec.e.r	costa	en.cost.a.r
tard.e	en.tard.ec.e.r	cab.o	en.cab.a.r
louc.o	en.louqu.ec.e.r	cap.a	en.cap.a.r

Observe-se que nesses casos de parassíntese *stricto* ou *lato sensu*, o morfema responsável pelo matiz semântico de ‘ação processual, contínua’ é o sufixo, pois o prefixo não parece implicar qualquer carga semântica nesses produtos morfolexicais, o que pode ser comprovado por sua ausência em alguns verbos derivados ou a alternância de lexema com ou sem prefixo, mas com idêntico significado. Exs.: *clarificar, florescer, joear, levantar* ~ *alevantar, soprar* ~ *assoprar, voar* ~ *avoar* etc.

Vexata quaestio V: todo prefixo vazio de significação configura-se como expletivo?

f2. Consoantes ou vogais de ligação:

bambu	bambu.z.al
café	café.z.al
laranja	laranj.al
banana	banan.al
mangue	mangue.z.al

Vexata quaestio VI: até que ponto considerar uma alomorfa (-al ~ -zal), motivada fonológica ou semanticamente, seria produtivo do ponto de vista da descrição linguística? Não seria a consoante de ligação -z- um verdadeiro morfema, uma vez que se apresenta de forma recorrente, em posição previsível, precedendo qualquer sufixo iniciado por vogal (*cajazeira*, *umbuzeira*, *bambuquinho*, *cafezito*)?

f3. Segmentos de ligação:

bich. ar .ed.o
chin. ar .ed.o
serr. alh .eir.o

Tais elementos, embora apresentem um caráter mais esporádico e menos sistemático que consoantes e vogais de ligação, por corresponderem a um agrupamento, isto é, a mais de um fonema, não podem ser identificados como pertencentes exclusivamente ao sistema fonológico da língua; além disso, a sua identificação como segmentos mórficos decorre de se estabelecer uma análise mórfica da língua e não fonológica, valendo o mesmo argumento para as vogais e consoantes de ligação.

f4. Bases fósseis:

re. ceb .e.r
con. ceb .e.r
per. ceb .e.r

No que se refere a formas constituídas de prefixos e bases fósseis, ainda que se desejasse assumir tais formas como primitivas, a partir de um olhar exclusivamente sincrônico, ter-se-ia que destacar o papel distintivo assumido pelos elementos iniciais — prefixos — ao se agregarem a formas recorrentes como *-ceber* e *-mitir*.

Vexata quaestio VII: segmentos fósseis (prefixos ou bases) podem ser considerados morfemas vazios?

f5. Morfemas antroponímicos:

DERIVAÇÃO ¹¹			
Nome	Posição 1 - inicial	Posição 2 - medial	Posição 3 -final
<i>Adnete</i>	Ad-	—	-nete
<i>Adilson</i>	Ad-	-il-	-son
<i>Adilton</i>	Ad-	-il-	-ton
<i>Adilvan</i>	Ad-	-il-	-van

COMPOSIÇÃO ¹²			
Nome	Posição 1 - inicial	Posição 2 - medial	Posição 3 -final
<i>Marinalva</i>	Mari-	—	-nalva
<i>Marinês</i>	Mar(i)-	—	-inês
<i>Marissol</i>	Mari	—	-sol
<i>Marivaldo</i>	Mari-	—	-valdo

Vexata quaestio VIII: como se dá o processo de apagamento semântico entre palavras e morfemas que migram do âmbito comum para o próprio (*Aparecida, Brisa...*)?

Adotando o princípio da recorrência, não há como negar que, embora desprovidos de significação, os elementos descritos nessa última tipologia (itens f1 a f5) são formas integrantes do sistema da língua, motivadas fonológica e/ou semântica por processos históricos, que se apresentam no nível morfológico, uma vez que atuam/atuaram em operações genolexicais.

Pena (1995) afiança que a definição de morfema como signo mínimo é simples e coerente, mas pode resultar inadequada quando na análise da palavra se delimitam unidades gramaticais mínimas (elementos formativos de vocábulos) que nem sempre podemos identificar como signos, uma vez que não são biplanas (significante/significado). Do mesmo

¹¹Segmentação de nomes personativos neológicos formados via sufixação (*corpus* do projeto *Todos os nomes – PROHPOR / UFBA*).

¹²Segmentação de nomes personativos neológicos formados via composição (*corpus* do projeto *Todos os nomes – PROHPOR / UFBA*).

modo, Pena (1995) e Gonçalves & Almeida (2008) ainda problematizam a questão da relação biunívoca dos morfemas, que nem sempre possuem um significado constante¹³:

re.l.e.r	re.corr.e.r	re.alç.a.r	re.colh.e.r	re.duz.i.r
re.eleg.e.r	re.cid.i.r	re.cont.ent.e	re.t.e.r	re.fer.i.r
re.a.par.ec.e.r	re.plic.a.r	re.fulg.i.r	re.tra.i.r	re.ceb.e.r

De fato, as unidades gramaticais mínimas podem dessemantizar-se, convertendo-se em simplesmente distintivas e, às vezes, nem mesmo isso, uma vez que há aquelas que apenas desempenham um papel formal na construção mórfica do significante da palavra (PENA, 1995). É o caso do prefixo *re-*, que, na tabela acima, apresenta o matiz semântico ‘repetição, iteração’ nos lexemas da primeira coluna; o sentido de ‘retrocesso, retorno, recuo’ nos itens lexicais da segunda coluna; o matiz semântico ‘reforço, intensificação’ nos itens lexicais da terceira coluna; a noção de ‘movimento para si’ nos lexemas da quarta coluna; mas nenhuma carga semântica depreensível (das sincronias do português arcaico até as hodiernas) nos vocábulos da última coluna, apresentando neles apenas a função de constituintes genolexicais.

Assim, notamos que quando analisamos os elementos que recorrentemente formam palavras, por vezes encontramos unidades mínimas que não são signos, porém, também não são meras unidades monoplanas da expressão (fonema) ou do conteúdo (semema). Essas formas não podem ser consideradas como elementos da expressão (fonologia) simplesmente porque não os depreendemos a partir de análise do nível fonológico, mas sim de uma apreciação no nível morfológico: como resultado de decompor uma palavra como signo (segmentando unidades mínimas a partir de sentidos e/ou funções).

Pena (1995) distingue, então, duas opções possíveis (e opostas) para a conceptualização de morfema:

- a. caracterizar como morfemas as unidades mínimas da análise da palavra, sejam signos ou não; para isso faz-se necessário alterar a definição de morfema como signo mínimo e convertê-la para algo mais amplo, de modo que abarque toda unidade mínima obtida em uma análise mórfica da palavra, seja ou não biplana.
- b. manter a definição de morfema como signo mínimo e buscar outro conceito para definir aquelas unidades mínimas que, não sendo signos, tampouco são unidades monoplanas.

¹³Rio-Torto (1998, p.15) compartilha esse mesmo juízo, pois assevera que “A realidade empírica torna patente que nem todos os segmentos de uma unidade lexical são portadores de significação.”

Em ambos os casos, o problema persiste.

Ainda segundo Pena (1995), para a definição de morfema, dois problemas fundamentais se impõem:

- a. Qual a unidade básica da descrição e análise morfológicas: a palavra ou o morfema?
- b. Entre as unidades mínimas obtidas na análise do vocábulo algumas são morfemas e outras não ou todas são morfemas em graus distintos?

Sobre a primeira questão cabe ressaltar o seguinte: aqueles que defendem que a palavra é a unidade básica da morfologia têm em perspectiva os casos em que um morfema não possui uma significação constante. Por sua vez, aqueles que concebem o morfema como unidade básica da morfologia, em geral, só consideram morfemas os elementos que veiculam algum tipo de informação semântica, seja de teor lexical ou gramatical (PENA, 1995). A respeito da segunda questão, o estudo de González Calvo (1990) aponta algumas tentativas de emprego de outras terminologias, no tentame de se delimitar a natureza do morfema quanto ao tipo de significação veiculada.

Por fim, chegamos à ideia de que as proposições de Pena (1995) poderiam ser resgatadas a fim de dar conta da gama de objetos linguísticos a que se pode denominar de morfema. Segundo esse autor, se queremos agrupar como morfemas unidades gramaticais a) com significado; b) sem significado, mas com função distintiva; e c) sem significado nem função distintiva; não há outro remédio que considerar a noção de morfema como algo complexo, multidimensional, integrada por várias propriedades, a respeito das quais as unidades mínimas segmentadas serão, em maior ou menor grau, morfemas, à medida que apresentem maior ou menor número de propriedades caracterizadoras.

Tomando como lastro a tipologia dos morfemas apresentada por Pena (1995), podemos depreender do português os seguintes espécimes diferenciados:

- a. um morfe recorrente associado a um significado recorrente (*re-* em *reler* e *reaparecer*, que veicula a ideia de ‘reiteração’);
- b. dois ou mais alomorfes parcialmente diferentes associados a um significado recorrente (*livr-* ~ *libr-* em *livro* e *libreto*);
- c. dois ou mais alomorfes totalmente diferentes associados a um significado recorrente (*er-* ~ *so-* ~ *fu-* em *éramos*, *somos* e *fui*);

- d. um morfe recorrente com função distintiva, sem significado recorrente (*re-* em *referir, reduzir*);
- e. Um morfe recorrente com significado zero, mas ocupando sempre uma posição previsível (*-ar-* em *fogaréu, escarcéu*; *a-* em *alembrear, amostrar, arremessar*; *e-* em *enarrar*; *es-* em *esfalecer*; *em-* em *empendurar*).
- f. Um morfe recorrente com expressão zero, mas capaz de veicular um conteúdo gramatical (cas.a.Ø – cas.a.s ; gat.o.Ø – gat.a)

Acreditamos, com Pena (1995), que uma definição de morfema que abarque todas essas possibilidades não pode se basear em pressupostos redutores e excludentes, nem tampouco podemos nos esquivar de encarar a problemática que tal definição nos impõe. Assim, assumimos a proposta desse estudioso, para quem um morfema pode apresentar as seguintes propriedades definitórias:

- 1. ser constituinte mórfico do significante da palavra, figurando em uma posição previsível na concatenação estrutural da lexia (item resultante de uma análise mórfica do vocábulo como unidade sígnica¹⁴);
- 2. apresentar recorrência;
- 3. apresentar função distintiva;
- 4. associar-se a um dado significado;
- 5. apresentar correspondência biunívoca entre significante e significado.

A primeira propriedade (exposta em 1.) seria a condição mais básica para a identificação da unidade como morfema, seguida pela condição exibida em 2. (e assim sucessiva e hierarquicamente), e os morfemas mais prototípicos (exemplares centrais) seriam aqueles que apresentam, concomitantemente, as cinco propriedades. Observa-se, portanto, uma situação em que o elemento básico do nível morfológico se estabelece via sistemas gradientes, ou seja, um *continuum*, em cujo núcleo há uma unidade prototípica¹⁵, circundada por elementos mais ou menos periféricos. Como afirma Escandell Vidal (2008, p.173),

[...] las categorías se organizan alrededor de un prototipo, es decir, de un miembro central que constituye el mejor ejemplar de la clase; el resto de los miembros que se

¹⁴Atentando-se para o fato de que, para a perspectiva que adotamos, é considerado como constituinte mórfico todo e qualquer elemento mínimo depreensível e resultante dos processos de segmentação mórfica e comutação (BASÍLIO, 2006).

¹⁵Silva (1996a, p.403) define o protótipo como “[...] a representação mental da instância típica em relação à qual as outras, (mais ou menos) periféricas, são assimiladas como pertencentes à mesma categoria.”.

asocian a la categoría lo hacen en función de su grado de semejanza con respecto al prototipo. El prototipo de una categoría es una representación abstracta que contiene los rasgos más destacados y característicos, que resultan de aplicación a la mayor parte de los ejemplares, pero no constituyen condiciones necesarias y suficientes.

Em detrimento de uma perspectiva mais tradicional, que preceitua módulos estanques, inflexíveis ou arcabouços dicotômicos para os níveis intralinguísticos, associamo-nos a uma perspectiva que se arrima nos pressupostos da linguística cognitiva, já que tem como princípio básico a existência de certa contiguidade entre as categorias cognitivas humanas, sejam elas linguísticas, perceptivas ou culturais (FERRARI, 2011; OLIVEIRA, 2008; SALOMÃO, 2009).

Por se constatar a existência, para os morfemas do português, de ocorrências que não espelham uma correspondência unívoca entre forma e significado, já que há unidades de conteúdo que não são representadas foneticamente (como os morfemas Ø; os morfemas subtrativos; os morfemas advindos da alternância vocálica morfêmica, submorfêmica ou de tonicidade; e os morfemas latentes) e, por outro lado, sequências fônicas morfologicamente segmentáveis que não correspondem a unidades de conteúdo (GONÇALVES & ALMEIDA, 2008), sendo uma espécie de unidades monoplanas inversas, como os prefixos expletivos (dentre os quais se encontra a maior parte daqueles que participam na formação de verbos parassintéticos *lato* ou *stricto sensu*), os índices temáticos, as vogais e consoantes de ligação, os segmentos de ligação, os interfixos, as bases e prefixos fósseis e os morfemas antroponímicos (quicá também os toponímicos). Por conseguinte, identificar os morfemas como segmentos fônicos recorrentes dotados de conteúdo semântico constante torna-se uma postura incongruente, não se sustentando ao ser confrontada com dados linguísticos empíricos.

A existência de partículas mórficas que são destituídas de carga semântica identificável, leva-nos a divergir de um ponto de vista conceitual que adota a presença de significado como *conditio sine qua non* para a identificação e definição dos morfemas¹⁶. Em outras palavras, nem sempre os morfemas apresentam-se como unidades biplanas (expressão + conteúdo), como entidades sígnicas de dupla face (SILVA, 2004). Em nossa postura, achegamo-nos mais à perspectiva de Lyons (1968), que considera o morfema como unidade distribucional constituinte dos vocábulos no eixo paradigmático, prescindindo para tal definição de um recurso compulsório ao significado do item mórfico. Assim, aderimos integralmente ao que

¹⁶cc[...] Aronoff (1976) procura demonstrar que os morfemas são unidades linguísticas, às quais pode ou não estar associado um significado [...].” (VILLALVA, 2000, p.88).

postula Pena (2000, p.4320), fazendo nossas as palavras desse morfologista, reproduzidas a seguir:

[...] el análisis formal de la palabra puede dar también como resultado unidades gramaticales mínimas carentes de significado. Lo que quiere decir que la definición del morfema como ‘signo mínimo’ o ‘unidad significativa mínima’ resulta inadecuada por ser demasiado restrictiva y no poder así caracterizar la totalidad de las unidades obtenidas en el análisis formal de la palabra, relevantes en su estructura o constitución morfológica. La descripción morfológica debe ser exhaustiva y adecuada a la realidad de los hechos de la lengua objeto de estudio. En este sentido, descartaremos la definición de morfema como signo mínimo y optaremos por la segunda de las definiciones propuestas al comienzo del apartado: el morfema como ‘unidad gramatical mínima’¹⁷. Esta definición es adecuada pues, al no incluir la propiedad ‘significativa’ como parte de la definición, resulta lo suficiente amplia para poder aplicarse a toda unidad mínima, con y sin significado.

Buscando pautar-nos em critérios que primem pela tangibilidade e pela operacionalidade (DUARTE, 1999), postulamos que os morfemas são elementos dotados de patente recorrência em posições esperadas no interior da estrutura interna do vocábulo, ou seja, entidades que ocupam posições previsíveis dentro da concatenação sintagmática vocabular, podendo ser isoladas e depreendidas através da observação das séries paradigmáticas, dotadas de certa exemplaridade, em que se fixam¹⁸. Eis o que expõe González Calvo (1990, p.140) sobre isso, cujo posicionamento reflete o que adotamos neste nosso estudo:

“[...] los morfemas son unidades sucesivas, como los fonemas (los rasgos fonológicos son elementos simultáneos, no sucesivos). En suma, se podría pensar que el morfema (mejor, su representación fónica o morfo) es un segmento de palabra (*in-móv-il*), un segmento que tiene una posición en la palabra.”

Todo morfema se apresenta de forma recorrente numa posição esperada no eixo paradigmático e no sintagmático, concomitantemente. Esse fator, muito mais do que a carga semântica, é o responsável pela caracterização dessas partículas. A ocorrência em série (paradigma) e o encaixamento em posição esperada na cadeia interna do vocábulo (sintagma) para gerar e formar itens lexicais são os dois principais atributos dos morfemas, distinguindo-

¹⁷Trask (2004, p.198) parece adotar essa mesma visão, pois define o morfema como “A menor unidade gramatical que se pode identificar.”

¹⁸Varela (2005, p.19-20) parece adotar uma postura similar quanto à observação da recorrência e da inserção em posições esperadas no interior do vocábulo como os principais traços identificadores dos morfemas, pois expõe o seguinte: “¿Cómo procederemos a identificar y aislar los morfemas que contiene la palabra compleja? El dato más importante en el que debemos fijarnos es su ‘recurrencia’, esto es, el hecho de que el presunto morfema aparezca en otra u otras palabras [...]. Al tiempo que identificamos un elemento como morfema de la lengua, reconocemos dentro de la palabra una posición en la que pueden colocarse otros morfemas del mismo tipo. Esta posibilidad de ‘intercambio’ es otra de las características del morfema.” Em outro momento de sua obra, Varela (2005, p.27) ratifica seu posicionamento, ao afirmar que “Como ya sabemos, los morfemas se identifican por su aparición en otras palabras, por lo que llamamos su ‘recurrencia’.”

os dos fonemas. É a recorrência o principal fator que permite identificar um morfema, mas não o exclusivo. O que faz de um segmento fônico qualquer um morfema (e não apenas um espécime representante da segunda articulação da linguagem) é a sua capacidade de constituir paradigmas mórficos, ou seja, sua capacidade de atuar recorrentemente em paradigmas genolexicais, gerando novos vocábulos.

Definimos, assim, o morfema como uma unidade recorrente que se encaixa em uma posição esperada na cadeia sintagmática interna do vocábulo, passível de ser depreendida como formativo através da análise mórfica via comutação e, *geralmente* (portanto, não sempre), apresentando uma carga semântica, que pode ser de matiz gramatical (funcional), categorial, lexical, contrastivo (distintivo) ou modificacional.

Poder-se-ia objetar tal enfoque na recorrência como fator primordial de identificação dos morfemas defendendo que os fonemas também são dotados de recorrência. Contudo, nota-se que a diferença entre esses dois tipos de segmentos linguísticos, entre esses dois espécimes da dupla articulação da linguagem (MARTINET, 1970), centra-se na funcionalidade diferente que apresentam: o morfema se presta à formação de palavras, enquanto o fonema restringe-se à função de atribuir-lhe substância fônica, não substância léxica. Se tomamos como ilustração os prefixos expletivos, por exemplo, como nas formas *alevantar* e *avoar*, poder-se-ia dizer que o *a-* inicial se trataria somente de uma prótese fonética. Contrapomo-nos a essa postura por três razões. A primeira é que extrair um fonema a partir de uma análise mórfica é algo no mínimo incoerente, já que “[...] o morfema designa o elemento que não pode ser dividido sem que se passe ao nível fonológico ou gráfico [...]” (HENRIQUES, 2007, p.10). Em outras palavras, o que se depreende de uma análise mórfica são morfemas, não fonemas, pois somente aqueles se caracterizam como formativos morfológicos e genolexicais, sendo elementos que figuram e atuam nos processos de formação de palavras.¹⁹ A segunda é que esses segmentos são utilizados na construção de formações em série, integrando o sistema da língua, o que ratifica a inserção dessas unidades no âmbito morfológico das RAEs e das RFPs, o que é corroborado pelo fato de o falante comum (e ainda mais o estudioso da língua), valendo-se de sua capacidade analítica de depuração morfológica, semântica e lexical (CALÇADA, 1991), poder identificar — indutiva ou dedutivamente — o caráter morfológico dessas partículas. A terceira, talvez a mais

¹⁹“Si en un extremo colocamos el signo mínimo y en el otro el fonema, como unidades discretas pertenecientes a dos modos de articulación distintos (la articulación de los signos y la articulación de las unidades monoplanas de la expresión, respectivamente), se ve que los determinados morfemas no siempre son signos, pero de ningún modo fonemas o grupos de fonemas porque, como queda indicado, son unidades mínimas que resultan de analizar la palabra como signo.” (PENA, 1995, p.137).

importante, é que, para os morfemas, há uma inserção recorrente em posições previsíveis pelo sistema morfológico, diferentemente dos fonemas, que não possuem uma distribuição paradigmática tão estruturada.

Rematando essa tentativa preliminar e incipiente de revisão definitiva do conceito de morfema, reafirmamos que se torna contraproducente observar a unidade básica da morfologia em termos de definições estritas e fechadas (como se os níveis da língua se estabelecessem exclusivamente sob sistemas de bifurcações ou apreensíveis apenas sob uma espécie de *maniqueísmo metalinguístico*), pois dão margem a diversas proposições *ad hoc*, indissolúveis sob uma perspectiva tradicional que concebe o sistema linguístico como constituído por estruturas estanques e isoladas. Com Escandell Vidal (2008), pensamos, pelo contrário, que a pertença a uma dada categoria não se estabelece simplesmente como uma questão binária e discreta, mas sim como algo gradual: há espécimes mais típicos que outros, o que traz como consequência uma assimetria entre os elementos circunscritos a uma dada classe, havendo aqueles que são melhores que outros como representantes dessa mesma categoria.

Assim, a nosso ver, à categoria *morfema* corresponde um rol de elementos distintos (mas semelhantes, com um ou mais traços característicos em comum), sob o prisma do significante ou sob o prisma do significado, configurando uma escala gradativa de prototipicidade, que engloba desde os morfemas mais típicos, biplanos, dotados de um conteúdo (extra ou intralinguístico) e de uma realização acústica, até aqueles monoplanos, em que se encontra ausente (ou opaca) a face significante ou a face do significado. Destarte, o *continuum* conceptual da unidade basilar da morfologia englobaria em seu eixo gradiente: a) as unidades significativas [+ prototípicas]; b) as unidades distintivas [+/- prototípicas]; e c) as unidades recorrentes carentes de significação ou de valor distintivo [+ periféricas].²⁰ Os elementos pertencentes a essas três classes seriam, portanto, constituintes morfológicos, apresentando, de forma hierárquica e gradativa, uma ou mais das seguintes características (PENA, 2000; 1995), sendo as duas primeiras cogentes:

- a. o princípio da integração na concatenação mórfica sintagmática da estrutura interna do vocábulo, o que licencia a depreensão das partículas elementares através

²⁰Seria o morfema, então, uma unidade linguística complexa que participa de um contínuo que vai do mais significativo até ao apagamento semântico gerado ao longo da história.

do processo de análise mórfica, ratificando a pertença de tais partículas ao plano morfológico da língua²¹;

- b. o princípio da recorrência, que possibilita depreender, via comutação, as unidades mórficas, distinguindo-as dos elementos da segunda articulação da linguagem;
- c. o princípio de apresentação de uma função distintiva²²;
- d. o princípio de veiculação a algum significado, seja léxico, expressivo, apelativo, categorial, classificatório ou relacional (PENA, 1995);
- e. o princípio de veiculação de uma correspondência total e biunívoca entre significante e conteúdo semântico.

Sob a estruturação de uma escala gradiente, teríamos como morfemas para o português as unidades tipológicas contidas no esquema que consta do quadro abaixo:

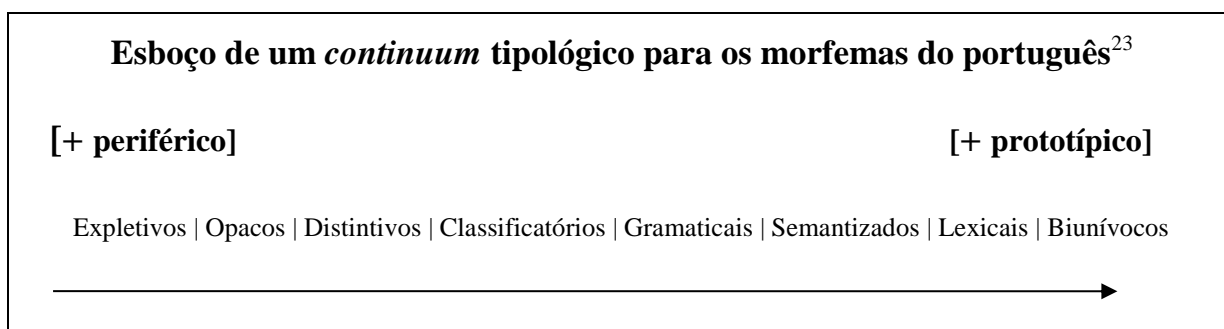


Figura 01. Esboço de um *continuum* tipológico para os morfemas do português.

²¹Nas palavras de Pena (1995, p.137): “Para que una unidad mínima pueda considerarse morfema, la propiedad básica o indispensable será la de ser constituyente mórfico del significante de la palabra como signo (en contraposición a ser constituyente fonológico de las unidades monoplanas de la expresión) [...]”.

²²Adrados (1969) aponta o valor distintivo como o traço mais característico e enfático para a identificação de um morfema. Conforme Basílio (2006, p.469), “[...] na segmentação morfológica de itens lexicais é enorme a massa de sequências fônicas a que se pode atribuir distintividade, mas não significado. Este é um problema crucial na análise morfológica, já que as oposições vêm a ser idênticas às que nos fazem identificar fonemas, isto é, elementos que constroem e diferenciam as formas significativas, mas que, por si, não apresentam significado.”

²³Cabe ressaltar que essa ideia de *continuum* é uma proposta de caráter inicial, passível, *a posteriori*, de revisão e de refinamento teóricos. Assim, com esse esquema que propusemos, restaram algumas dúvidas e imprecisões: onde enquadrar os morfemas zero (que são gramaticais (?), mas não têm expressão)? E os interfixos, as consoantes, as vogais e outros segmentos de ligação, que se materializam no plano da expressão, mas não apresentam significado depreensível, não chegando a ser por isso expletivos, distintivos ou opacos? Subsistem esses questionamentos, que pretendemos discutir em trabalhos posteriores, crendo que a proposta ora apresentada, ainda que provisória e incipiente, é coerente e plausível, apresentando a disposição relativa dos constituintes mórficos mais preponderantes na cadeia gradativa do *continuum* mórfico.

À GUISA DE CONCLUSÃO

A vantagem de uma concepção do morfema como categoria inserida em um *continuum* de unidades não-discretas permite observar esse constituinte basal da morfologia de forma verossímil e coerente, como uma noção complexa, integrada por várias propriedades, sancionando uma classificação gradual dos morfemas de acordo com o maior ou menor número de propriedades definitórias que apresentem (PENA, 1995). Isso nos leva a pôr de lado o conceito de morfema como unidade mínima obrigatoriamente dotada de significado, o que acarretava descartar do quadro da morfologia tudo o que não apresentava esse traço prototípico, tudo o que não é produtivo, sistemático ou regular, ou seja, todas as unidades que se afastavam do espécime central de morfema, sendo mais marginais ou irregulares, mas mesmo assim, a nosso ver, não deixando de ser morfemas, dada a presença dos traços primordiais caracterizadores dessas partículas (participação na constituição mórfica do significante e a recorrência)²⁴. Como afirma Pena (2000, p.4321), “[...] al lado de las correspondencias simples o regulares, hay correspondencias complejas o irregulares, de las que también la descripción morfológica debe dar cuenta.”

REFERÊNCIAS

- ALBERTUZ, Francisco J. El significante de las categorías morfológicas. *Estudios de lingüística*, n.11, p.01-25, 1996-1997.
- ALVAR, Manuel; POTTIER, Bernard. *Morfología histórica del español*. Madrid: Gredos, 1993.
- ARONOFF, Mark. *Word formation in generative grammar*. Cambridge: Mit Press, 1976.
- AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BAKER, Marker. On derivation asymmetries in derivational morphology. In: BENDJABALLAH, Sabrina et al. (Ed.). *Morphology 2000: selected papers from the 9th Vienna Morphology Meeting*. Amsterdam: John Benjamins, 2000. p.21-104.
- BASÍLIO, Margarida Maria de Paula. Abordagem gerativa e abordagem cognitiva na formação de palavras: considerações preliminares. *Lingüística*, v.05, n.02, p.01-14, dez. 2010.
- _____. A estruturação do léxico na descrição do português brasileiro. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p.463-485.

²⁴Com efeito, se identificarmos como morfemas apenas os elementos aos quais podemos atribuir um significado, uma série de sequências morfológicamente identificáveis serão deixadas à margem.” (BASÍLIO, 2006, p.468-469).

_____. Em torno da palavra como unidade lexical: palavras e composições. *Veredas*, v.04, n.02, p.09-18, 2000.

BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. New York: Henry Holt and Company, 1933.

BYBEE, Johan L. *Morphology: a study of the relation between meaning and form*. Amsterdam: John Benjamins, 1985.

CALÇADA, Guimar Fanganiello. A sistematização do enriquecimento vocabular: sinónimo e parassinónimo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 5., 1990, Recife. *Anais...* Porto Alegre: ANPOLL, 1991. p.195-201.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Estrutura da língua portuguesa*. 26.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 1986.

CRYSTAL, David. *Dicionário de Lingüística e Fonética*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

DUARTE, Paulo Mossânio Teixeira. *A formação de palavras por prefixo em português*. Fortaleza: UFC Edições, 1999.

ESCANDELL VIDAL, Maria Victoria. *Apuntes de semántica léxica*. Madrid: UNED, 2008.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *Verdade: uma história*. Trad. de Beatriz Vieira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FERRARI, Lilian. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.

FREITAS, Horácio Rolim. *Princípios de morfologia: visão sincrônica*. 4.ed. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1997.

FREIXEIRO MATO, Xosé Ramón. *Gramática da língua galega: morfosintaxe*. Vigo: A Nosa Terra, 2000. Vol.2.

GALVÃO, José Raimundo. Alomorfias latinas no léxico português. In: PG LETRAS: 30 ANOS, 1., Recife. *Anais...* Recife: PPGL, 2006. p.28-38.

GLEASON JR., Henry Allan. *An introduction to descriptive linguistics*. [Introdução à linguística descritiva]. Trad. de João Pinguelo. 2.ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1985.

GONÇALVES, Carlos Alexandre Victorio; ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão de. Morfologia construcional: principais ideias, aplicação ao português e extensões necessárias. *Alfa*, v. 56, n. 3, 2013. NO PRELO — a sair no final de 2013.

GONÇALVES, Carlos Alexandre Victorio. Prefixação: composição ou derivação? Novos enfoques sobre uma velha polémica. *Matraga*, v.19, p.56-90, 2012.

_____.; ANDRADE, Katia Emmerick. El *status* de los componentes morfológicos y el *continuum* composición-derivación en portugués. *Lingüística*, v.28, p.119-145, dez./2012.

_____. *Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e derivação em português*. São Paulo: Contexto, 2011a.

_____. Composição e derivação: polos prototípicos de um *continuum*? Pequeno estudo de casos. *Domínios de lingu@gem*, v.05, n.02, jul./dez. 2011b.

_____.; ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão de. Das relações entre forma e conteúdo nas estruturas morfológicas do português. *Diadorim*, v.04, p.27-55, 2008.

_____.; ALMEIDA, Maria Lúcia Leitão de. Aplicação da *construction grammar* à morfologia: o caso das formas X-eiro. *Linguística*, vol.02, p.229-242, 2006.

GONZÁLEZ CALVO, José Manuel. Sobre el concepto de morfema. *Anuario de estudios filológicos*, v.13, p.133-144, 1990.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica*. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

HJELMSLEV, Louis. *Prolegómenos a uma teoría del lenguaje*. Madrid: Gredos, 1963.

HOCKETT, Charles Francis. *A course in modern linguistics*. New York: The Macmillan Company, 1958.

JENSEN, John. *Morphology: word structure in generative grammar*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1991.

KEHDI, Valter. *Morfemas do português*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1996.

LANGACKER, Ronald W. *A linguagem e sua estrutura*. Petrópolis: Vozes, 1977.

LAROCA, Maria Nazaré de Carvalho. *Manual de morfologia do português*. Campinas: Pontes; Juiz de Fora: UFRJ, 1994.

LYONS, John. *Introduction to theoretical linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

MARTINET, André. *Elementos de linguística geral*. 2.ed. Trad. de Jorge Morais Barbosa. Lisboa: Sá da Costa, 1970.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. 4.ed. rev. e ampl. Campinas: Pontes, 2002.

NIDA, Eugéne. *Morphology: the descriptive analysis of words*. 2.ed. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1970.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. *Manual de Semântica*. Petrópolis: Vozes, 2008.

PENA, Jesús. La morfología léxica ante los retos del siglo XXI. *Cuadernos del Instituto Historia de la Lengua*, n.02, p.11-18, 2009. [Entrevista concedida a Mar Campos Souto].

_____. Partes de la morfología: las unidades del análisis morfológico. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta (Org.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa, 2000. p. 4305-4366.

_____. Sobre la definición del morfema. *LEA*, n. XVII, v.02, p.129-141, 1995.

PIZA, Mônica C. *Gênero, número e grau no continuum flexão/derivação em português*. 2001. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

POTTIER, Bernard. *Lingüística moderna y filología hispánica*. Madrid: Gredos, 1968.

RALLI, Angela. Compounds in Modern Greek. *Rivista di linguistica*, n.04, v.01, p.143-174, 2007.

RIO-TORTO, Graça Maria. *Morfologia derivacional: teoria e aplicação ao português*. Porto: Porto, 1998.

SALOMÃO, Maria Margarida Martins. Teorias da linguagem: a perspectiva sociocognitiva. In: MIRANDA, Neusa Salim; _____. *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p.20-32.

SOLEDADE, Juliana. A antroponímia no português arcaico: aportes sobre a sufixação em nomes personativos. In: LOBO, Tânia et al. (Org.). *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012. p.323-336.

TOGEBY, Knud. *Structure immanente de la langue française*. Paris: Larousse, 1965.

TRASK, Larry R. *Dicionário de linguagem e lingüística*. Trad. de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

TRNKA, Bohumil. Principios de análisis morfológico. *Cuadernos del Instituto Lingüístico Latinoamericano*, n.6, p.01-29, 1965.

VARELA, Soledad. *Morfología léxica: la formación de palabras*. Madrid: Gredos, 2005.

VIARO, Mário Eduardo. A produtividade dos sufixos do ponto de vista diacrônico. In: LOBO, Tânia et al. (Org.). *ROSAE: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012. p.275-292.

_____. Sobre a inclusão do elemento diacrônico na teoria morfológica: uma abordagem epistemológica. *Estudos de lingüística galega*, n.02, p.173-190, 2010.

_____. Buscando um novo método para seleção e interpretação de dados em morfologia histórica. In: ALVES, Ieda Maria et al. (Org.). *Os estudos lexicais em diferentes perspectivas*. São Paulo: FFLCH/USP, 2009. p.39-61.

_____. Problemas de morfologia e semântica histórica do sufixo *-eiro*. *Estudos lingüísticos*, n.XXXV, p.1443-1452, 2006.

VILLALVA, Alina. *Estruturas morfológicas: unidades e hierarquias nas palavras do português*. Braga: Calouste Gulbenkian, 2000.

ZANOTTO, Normélio. *Estrutura mórfica da língua portuguesa*. 4.ed. rev. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.